

## **HISTÓRIAS QUE OS LIVROS DIDÁTICOS REGIONAIS CONTAM: NARRATIVAS DIDÁTICAS DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA (SÉCULOS XX – XXI)**

Geraldo Magella de MENEZES NETO

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **Histórias que os livros didáticos regionais contam: narrativas didáticas da história da Amazônia (séculos XX – XI)**. Projeto de investigação científica, do Curso de História – Centro Universitário Fibra, Belém, 2018.

Este relatório expandido diz respeito à investigação da segunda parte do projeto “A História Regional na sala de aula: produção e usos de livros (para)didáticos de História da Amazônia no início do século XXI”, iniciado no Centro Universitário Fibra, em março de 2016, a qual tem por título “Histórias que os livros didáticos regionais contam: narrativas didáticas da História da Amazônia (Séculos XX – XXI)”. Buscamos analisar os conteúdos voltados para uma história regional, identificando permanências e mudanças de temas abordados nos livros didáticos produzidos no estado do Pará desde o início do século XX. Os estudos sobre os livros didáticos de História são

um campo importante dentro da historiografia do ensino de História no Brasil, tendo um maior destaque a partir dos anos 1980. Segundo Circe Bittencourt, nos anos 1980 e início dos 1990, “as análises sobre as produções didáticas de História recaíam, majoritariamente, nas denúncias do caráter ideológico de que era revestido o conjunto da literatura escolar”. Tais estudos, tendo como influência a obra de Marc Ferro – *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*– procuravam a “identificação de uma falsa ideologia – a burguesa”, que se impunha na produção didática (BITTENCOURT, 2011, p. 495). Circe Bittencourt atribui o crescimento das pesquisas na primeira década do século XXI à vinculação à atuação das políticas públicas educacionais no país, a exemplo das avaliações realizadas pelo PNLD. Nesse contexto, as pesquisas problematizam “as relações entre Estado, editoras e público consumidor, em especial o professor”, e as críticas ao PNLD, que recaem “no formato de avaliação que merece ser aperfeiçoado e na dificuldade de se eliminar as interferências das grandes editoras no processo de produção e na escolha das obras pelos professores” (BITTENCOURT, 2011, pp. 504 – 505).

Podemos citar o estudo de Décio Gatti Júnior, que, em entrevistas com editores de livros didáticos no período 1970–1990, aponta que, nesse período, houve a passagem de uma produção quase artesanal de livros didáticos para uma produção industrial. Segundo o autor, há muito em comum no perfil dos editores: a maioria era da área de Humanas, especialmente do campo das letras e da comunicação; todos tinham carreiras longas nas editoras em que trabalhavam; e os autores eram considerados parceiros dos editores, no entanto, não podia fugir aos limites que o mercado consumidor e a política editorial estipulavam (GATTI JÚNIOR, 2005, pp. 375 -- 376). Já no Pará, segundo Wanessa Carla Rodrigues Cardoso, os conteúdos sobre história regional não são considerados nos primeiros programas instituídos para o ensino primário. Somente em 1919 é possível observarem mudanças significativas quanto aos programas prescritos para o ensino de História. A partir do 3º ano Elementar, são elucidados assuntos de História regional, como *Castello Branco e a Fundação da Cidade de Belém*, perpassando e aprofundando-se pelos demais anos do ensino primário (CARDOSO, 2013, pp. 47 – 48). Entre os temas regionais indicados pela Diretoria de

Instrução Pública, para realização de exames dos estudos primários em 1920, Cardoso cita: a fundação da cidade de Belém; o Pará sujeito ao Maranhão: seu desligamento; exploração do Amazonas: Pedro Teixeira; adesão do Pará à independência; entre outros (CARDOSO, 2013, pp. 48). Vários membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) produziram obras didáticas no início do século XX, a exemplo de Hygino Amanajás, Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, Theodoro da Silva Braga, Ignácio de Moura, Arthur Vianna, José de Castro Figueiredo, Virgílio Cardoso de Oliveira e Jorge Hurley. Cardoso chama a atenção de que, no IHGP, “esses intelectuais se preocupavam com uma História acadêmica que serviu de base para a História ensinada por meio de compêndios e manuais didáticos que circulavam em Belém no início do século”. Seguindo os passos de seu par nacional, o IHGB “estava preocupado em produzir, publicar e ensinar a História, como vias de criar uma memória histórica e garantir a integração nacional” (CARDOSO, 2013, p. 75). Magda Ricci, também abordando os livros didáticos no Pará Republicano, afirma que a escrita do livro de História nesse período “passou a ser tratada como forma de remodelar e

desconstruir o passado nacional Imperial e monárquico”, sendo a “instrução pública tomada como “um dos mecanismos mais eficazes de disseminação dos novos ideais republicanos de Estado” (RICCI, 2014, p. 17). Detendo-se especificamente nas obras de Arthur Vianna e Theodoro Braga, Ricci destaca que as obras didáticas republicanas estabeleciam um padrão de assuntos que interessavam: a vida de homens ilustres, em especial aqueles precursores do republicanismo civilizacional na Amazônia e no Pará; uma apologia à posição geográfica, expansão das fronteiras e às riquezas naturais do estado paraense; bem como um especial interesse pela cartografia e desenho cartográfico geral e nacional (RICCI, 2014, p. 23). Em relação à definição de livro didático, Alain Choppin afirma que há inúmeros fatores a serem considerados: “os lugares, as épocas, os suportes, os níveis e as matérias de ensino”; os contextos “políticos, econômicos, social, cultural, estético”; e “a problemática científica no qual se insere”. Choppin conclui que “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única”, sendo necessário “explicitar os critérios que presidem esta

elaboração conceitual” (CHOPPIN, 2004, p. 74). Em nosso projeto, priorizamos os conceitos que levam em conta os aportes teóricos da história cultural, da história do livro e da leitura, por entendermos que possibilitam não apenas a análise dos textos, mas uma compreensão mais ampla do livro didático: em sua materialidade, em seu processo de produção de investigar os livros didáticos de História da Amazônia e do Pará publicados nos séculos XX e XXI – destacando os múltiplos agentes sociais envolvidos – e suas intenções e práticas de leitura. Nesse sentido, Circe Bittencourt aponta que o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas” e possui uma natureza complexa, sendo “antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2013, p. 71). É também um “depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares”, além de ser um importante “veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (BITTENCOURT, 2013, p. 72). Choppin chama atenção para quatro funções essenciais exercidas pelos

livros didáticos: função *referencial*, na qual se constitui “o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações”; função *instrumental*, na qual “põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades”, que visam a “facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais”; função *ideológica e cultural*, na qual se afirmou como um dos “vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”; e função *documental*, cuja observação ou confrontação do conjunto de documentos, sejam textuais ou icônicos, “podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (CHOPPIN, 2004, p. 553). A análise de livros didáticos voltados para uma história regional produzidos no Pará, desde o início do século XX, nos sugere a permanência de certas temáticas sobre a história do Pará em pouco mais de um século de publicações didáticas: a fundação de Belém, a dominação portuguesa e a colonização da Amazônia, a adesão do Grão-Pará à independência do Brasil, a Cabanagem. E, nos livros mais recentes, destaque para o apogeu do

comércio da borracha e a Belle-Époque, governos como o de Magalhães Barata e as ações da ditadura militar para a Amazônia. Dentre as mudanças de temáticas, podemos citar nos livros mais recentes: os povos indígenas da Amazônia antes da chegada dos europeus, o estudo da diversidade cultural indígena, a presença dos negros na Amazônia, a resistência indígena e negra contra a escravidão. As mudanças são resultado das demandas sociais advindas do movimento negro e indígena, principalmente nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Significativa dessas demandas é a implantação da lei 10639/03, que estipula o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a lei 11645/08, que adiciona também o ensino da história indígena. Tais mudanças são importantes para o ensino de uma história que não se prenda à memorização de fatos e “grandes nomes” da região, mas que valorize a diversidade e promova o respeito às diferenças, algo tão necessário em tempos de intolerância. A pesquisa é permite conhecermos e problematizarmos os projetos para a educação que cada sociedade tem, em cada período histórico de sua existência. Esses projetos visam a estabelecer parâmetros de aprendizagem e ao tipo de cidadão que se

pretende formar, considerando-se a disciplina História ser essencial para inculcar exemplos de líderes e heróis do passado que possam influenciar no presente. No entanto, a disciplina História, no âmbito regional, também serve para uma discussão sobre os povos marginalizados e excluídos desse discurso das camadas dirigentes, de forma a valorizar a formação de um cidadão que possa conviver com as diferenças, ou seja, o livro didático é um objeto importante para a promoção de uma formação mais humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Livros didáticos. Narrativas da história da Amazônia. Séculos XX – XXI.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**. São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “**Alma e coração**”: **O Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da História Escolar no Pará Republicano (1900-1920)**. Belém: Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Pará – UFPA, 2013.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 365-377, set./dez. 2005.

RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de História do Pará: o patriotismo e construção da memória. In: HENRIQUE, Márcio Couto. (org.). **Diálogos entre História e Educação**. Belém: Editora Açai, 2014.